



ÓRGÃO					Nº do C.N.P.J	
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP					00.037.457.0001-70	
ENDEREÇO:		Setor de Áreas Públicas Sul Lote “B”				
CIDADE:	Brasília	U.F.:	Distrito Federal	CEP: 71.215-000	Telefone:	3403-2300

## 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de publicação de Avisos de Licitação e demais comunicados de interesse da NOVACAP, sob demanda, em jornal diário impresso de grande circulação local e nacional, de acordo descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

## 2. DO QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

**OBJETO:** Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de publicação de Avisos de Licitação e demais comunicados de interesse da NOVACAP, sob demanda, em jornal diário impresso de grande circulação local e nacional, de acordo descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

De natureza comum	<b>SIM</b>	<b>X</b>	<b>NÃO</b>	
De prestação continuada	<b>SIM</b>	<b>X</b>	<b>NÃO</b>	
Eminentemente intelectual	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Possui inovação tecnológica ou técnica	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
De Tecnologia da informação	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Possui mão de obra exclusiva	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>

**JUSTIFICATIVA:** A contratação justifica-se para que o Serviço da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil possa atender suas demandas no que diz respeito às publicações legais, tornando públicos à sociedade todos os seus atos administrativos, atendendo assim aos princípios constitucionais estabelecidos no caput do art. 37, §1º da CF/88.

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	<b>X</b>
Definida	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Trata-se de quantidade indefinida com base nas necessidades de aquisição para utilização imediata, portanto a demanda deve ser considerada como ESTIMADA.	

<b>PARCELAMENTO DO OBJETO</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
-------------------------------	------------	--	------------	----------

<b>PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
----------------------------------	------------	--	------------	----------

<b>PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS</b>	<b>SIM</b>	<b>X</b>	<b>NÃO</b>	
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Considerando que a presente contratação trata-se de serviço comum, com objeto padronizado e de execução rotineira, cuja prestação não demanda estrutura organizacional complexa ou esforços integrados de empresas distintas, <b>não se justifica a permissão de participação de consórcios ou cooperativas.</b></p> <p>A vedação está amparada no princípio da razoabilidade, uma vez que a contratação será realizada por meio de registro de preços, exigindo <b>celeridade e agilidade na prestação do serviço</b>, o que pode ser comprometido pela necessidade de gestão conjunta ou solidária entre empresas consorciadas. Além disso, não se trata de atividade econômica de interesse específico de cooperados, tampouco envolve benefícios mútuos ou partilha de resultados como pressupõe a atuação de cooperativas.</p> <p>Dessa forma, a restrição visa <b>resguardar o interesse público, garantir a efetividade da contratação e a adequada execução do contrato</b>, nos termos da Lei nº 13.303/2016, especialmente no que se refere aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade.</p>				

<b>REGIME DE EXECUÇÃO</b>	
Empreitada por preço unitário	<b>X</b>
Empreitada por preço global-lote	
Contratação semi-integrada	

<b>MODO DE DISPUTA</b>	
Aberto	<b>X</b>
Fechado	
Combinado	
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Objetivando maior transparência e ampliação da competitividade para o certame.</p>	

<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO</b>	- R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, <b>sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no Edital é obrigatória</b>, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. (grifo nosso). Assim sendo, justifica-se a publicidade do valor estimado, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.</p>	

<b>CRITÉRIOS DE JULGAMENTO</b>	
Menor preço	<b>X</b>
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Visto que o Termo de referência já apresenta critérios mínimos de especificação do serviço e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço por item é o mais adequado.</p>	

<b>REGIME DE FORNECIMENTO</b>
-------------------------------

Único	
Parcelado	<b>X</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Justifica-se a adoção do regime de fornecimento parcelado em razão da natureza variável das demandas de publicação de Avisos de Licitação e demais comunicados de interesse da NOVACAP, cuja quantidade mensal está diretamente vinculada ao cronograma de processos licitatórios e às necessidades específicas da Companhia. Dessa forma, o fornecimento parcelado permite maior flexibilidade e eficiência na alocação dos recursos, garantindo que as publicações sejam realizadas de acordo com as demandas reais e em conformidade com os prazos legais, sem comprometer a continuidade dos serviços ou gerar desperdícios.	

### 3. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

3.1. A contratação de serviços de publicação de atos administrativos e avisos de licitação justifica-se pela necessidade de a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) garantir a ampla divulgação de seus atos, em conformidade com os princípios constitucionais da Administração Pública, especialmente o da publicidade, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988. A publicidade é essencial para assegurar a transparência, a legitimidade e a eficácia dos atos que geram efeitos externos ou oneram o patrimônio público, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.

3.2. Anteriormente, as publicações eram realizadas pela Secretaria de Obras, órgão ao qual a NOVACAP é subordinada. Contudo, a Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, por meio do Ofício nº 1/2025 - SECOM/GAB/SUAG (SEI nº 160017252), determinou que a NOVACAP passasse a realizar a contratação direta para a publicação de seus atos legais, visando maior autonomia e agilidade no cumprimento das obrigações legais.

3.3. Embora a NOVACAP seja regida pela Lei nº 13.303/2016, é importante destacar que muitas de suas licitações são realizadas em atendimento às demandas de outros órgãos. Dessa forma, faz-se necessário alinhar suas práticas às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que estabelece regras específicas para publicidade e transparência nos processos licitatórios, incluindo a obrigatoriedade de divulgação ampla e acessível dos atos administrativos. A adequação a essa normativa é imprescindível para garantir a conformidade dos atos administrativos com as exigências legais vigentes, promovendo maior clareza, acessibilidade e eficiência na divulgação das informações.

3.4. Para definição do quantitativo a ser contratado, foi realizado levantamento com base no histórico de publicações efetuadas nos últimos 12 (doze) meses, considerando-se a média mensal de atos administrativos publicados em jornal de grande circulação. Foram ainda consultados outros setores da Companhia que realizam publicações legais, além das demandas oriundas de editais e processos licitatórios, cujas necessidades também serão incluídas no escopo contratual.

3.4.1. Essa análise foi registrada no processo nº 00112-00006912/2025-11, especialmente nos despachos nº 168038349 e nº 168662790, que evidenciam publicações feitas por outras áreas da Companhia, reforçando a abrangência da contratação e permitindo uma projeção realista da demanda.

3.4.2. O cálculo do quantitativo estimado levou em consideração não apenas o número de publicações, mas também sua dimensão média, medida em centímetros por coluna, conforme padrão utilizado por jornais de grande circulação.

### 4. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO

4.1. O item a ser adquirido deve estar de acordo com as seguintes especificações:

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Prestação de Serviços contínuos de publicação de Avisos de Licitação e demais comunicados de interesse da NOVACAP, sob demanda, em jornal diário impresso de grande circulação local e nacional, com as seguintes especificações: impressão em preto e branco, veiculação em dias úteis, envio da página publicada digitalizada em arquivo PDF.	CMxCOL	10.000	R\$ 90,00	R\$ 900.000,00

### 5. FORMA DE RECEBIMENTO E PRAZOS DE EXECUÇÃO

5.1. O recebimento dos serviços será realizado de forma contínua e parcelada, com base nas publicações efetivamente realizadas e comprovadas pela Contratada.

5.2. A cada publicação realizada, a Contratada deverá enviar à NOVACAP, a página publicada digitalizada em arquivo PDF, acompanhada de certificado de veiculação emitido pelo jornal contratado, atestando a publicação feita.

5.3. A NOVACAP verificará a conformidade das publicações a partir do recebimento dos comprovantes de publicação. Em caso de irregularidades, a Contratada será notificada para correção imediata.

5.4. As publicações deverão ser realizadas no dia útil subsequente ao recebimento dos textos pela Contratada, salvo prazo diferente estabelecido pela NOVACAP em casos específicos.

5.5. Atrasos na publicação, sem justificativa formal e aceita pela NOVACAP, sujeitarão a Contratada às penalidades previstas no contrato, incluindo multas e eventual rescisão.

5.6. As publicações deverão ser realizadas em jornal impresso de grande circulação no Distrito Federal, em dias úteis, na seção de classificados, em formato editorial e em preto e branco, com boa qualidade gráfica e legibilidade, atendendo às exigências da NOVACAP e à legislação vigente.

5.7. O material a ser publicado será encaminhado pela NOVACAP à Contratada por meio eletrônico (e-mail ou outro sistema oficial indicado), em formato editável (Word ou similar), contendo o texto completo e autorizado para veiculação.

5.8. A Contratada deverá acusar o recebimento do material no prazo máximo de **1 (um) dia útil**, iniciando, a partir disso, a contagem para o cumprimento do prazo de publicação.

5.9. Eventuais dúvidas ou necessidades de ajustes técnicos deverão ser comunicadas imediatamente à NOVACAP, a fim de evitar atrasos ou publicações incorretas.

## **6. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

6.1. O acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais consistem na verificação da conformidade, dos materiais entregues, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste. A fiscalização será exercida por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designado, na forma do regulamento de Licitações e Contratos/RLC da NOVACAP e da Lei nº 13.303/2016;

6.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento, conferência e recebimento definitivo dos materiais entregues;

6.3. A verificação e conformidade do recebimento definitivo dos materiais entregues deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em penalidade, conforme disposto nos artigos 252 ao 262 do Regulamento de Licitações e Contratos/RLC da NOVACAP;

6.5. Durante a execução do objeto, o fiscal/executor deverá monitorar a entrega, bem como a qualidade e conformidade dos bens, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência;

6.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

## **7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

7.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vistas à convergência ao art. 2º do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares

## **8. DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.2. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal e comprovação das publicações realizadas no período.

8.3. Na emissão da Nota Fiscal/Fatura, deverá ser descrita a quantidade de centímetros por coluna (cm/col) publicados, o preço unitário e o valor total correspondente.

8.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos serviços, conforme comprovação das publicações realizadas e aprovadas pela NOVACAP.

8.5. Em caso de atraso no envio dos comprovantes ou irregularidades não sanadas, o pagamento poderá ser retido até a regularização da situação.

8.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 246 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

8.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

8.7.1. Prazo de validade;

8.7.2. Data da emissão;

8.7.3. Dados do contrato e do órgão contratante;

8.7.4. Quantidade de cm/col publicados;

8.7.5. Valor a pagar; e

8.7.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

8.9. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

8.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

8.16. Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso.

## 9. DA VIGÊNCIA DA ATA E DO CONTRATO

9.1. A ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano.

9.2. O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogáveis até 5 (cinco) anos, nos moldes da Lei 13.303/2016 e do art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e suas alterações.

## 10. REAJUSTE

10.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis por um período inferior a um ano, conforme o art. 28 da Lei 9.069/95.

10.2. Após esse período, os preços serão reajustados anualmente, conforme previsto no Decreto nº 37.121/16, utilizando-se o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo. O marco inicial para a contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste, será a data da apresentação da proposta.

10.3. O reajuste será concedido automaticamente, salvo disposição em contrário entre as partes ou se o atraso no prazo de execução se der por culpa da contratada.

## 11. GARANTIA CONTRATUAL

11.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia será **2% (dois por cento)**, conforme parâmetros previsto nos arts. 149 a 166 do RLC, do valor do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

11.1.1. caução em dinheiro;

11.1.2. seguro-garantia; ou

11.1.3. fiança bancária.

11.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

11.3. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.4. Prejuízos diretos causados à NOVACAP ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

11.5. Multas contratuais aplicadas pela à contratada;

11.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior;

11.7. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato;

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA - BRB, com correção monetária, conforme conta a ser informada;

11.9. No caso de prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data em que for notificada.

11.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.12. Será considerada extinta a garantia:

11.13. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato ou com a sua total utilização por parte da NOVACAP dentro do prazo de validade previsto.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar o serviço de publicação de Avisos de Licitação e demais comunicados de interesse da NOVACAP, em jornal diário de grande circulação, em estrita conformidade com as especificações, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato.

12.2. Garantir que as publicações sejam realizadas em preto e branco, em dias úteis, e que a página publicada seja enviada digitalizada em arquivo PDF, no mesmo dia da veiculação, para fins de comprovação e registro.

12.3. Assegurar a qualidade e a fidelidade das publicações, mantendo-as em conformidade com os textos e formatos fornecidos pela NOVACAP, sem alterações não autorizadas.

12.4. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a veiculação dos atos, observando as exigências legais e as demandas da NOVACAP, sob pena de responsabilização por eventuais prejuízos decorrentes de atrasos ou inadimplemento.

12.5. Manter a NOVACAP informada sobre quaisquer impedimentos ou dificuldades que possam afetar a execução do serviço, comunicando imediatamente e propondo soluções alternativas, quando aplicável.

12.6. Fornecer, sempre que solicitado, comprovantes adicionais das publicações realizadas, incluindo certificados de veiculação emitidos pelo jornal contratado, para fins de auditoria e controle.

12.7. Arcar com todos os custos e responsabilidades decorrentes de falhas na execução do serviço, incluindo a republicação de atos, quando necessário, sem ônus adicional para a NOVACAP.

12.8. Indenizar a NOVACAP por quaisquer danos causados em decorrência de sua atuação, seja por ação, omissão ou negligência, incluindo prejuízos materiais, morais ou legais.

12.9. Respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos que regem a publicidade e transparência dos atos administrativos.

12.10. Abster-se de transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, a execução do objeto contratual, sem prévia e expressa autorização da NOVACAP.

12.11. Manter sigilo absoluto sobre todas as informações, documentos e dados a que tiver acesso em razão do contrato, respondendo civil e criminalmente por qualquer divulgação não autorizada.

12.12. Cumprir todas as demais obrigações estabelecidas no Contrato e em seus anexos, bem como as determinações legais e administrativas aplicáveis ao objeto.

12.13. Prestar os serviços de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

12.14. Comunicar ao gestor do contrato qualquer anormalidade de caráter urgente.

12.15. Manter-se em conformidade com as obrigações assumidas durante toda a execução do contrato.

12.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP, durante a execução do Contrato;

12.17. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12.18. Em cumprimento às exigências da Lei nº 6.128/2018 e Decreto nº 45.846/24, deverá ser reservado o percentual mínimo de 2% de vagas de trabalho para ocupação por pessoas em situação de rua.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. A NOVACAP será responsável por encaminhar à contratada, com antecedência mínima de até às 16 horas do dia anterior, os conteúdos a serem publicados, indicando o tamanho, a data de veiculação e demais especificações necessárias, para que a publicação ocorra no dia seguinte.

13.2. Caso necessário, poderá ser solicitada a conferência prévia da diagramação do material antes da publicação, devendo a contratada garantir a conformidade com o que foi solicitado. Serão fornecidas todas as informações necessárias para a correta execução dos serviços, incluindo textos, logotipos, formatação específica e quaisquer outros requisitos para a publicação dos avisos.

13.3. Haverá acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços por meio do gestor do contrato, que poderá solicitar esclarecimentos e ajustes quando necessário.

13.4. Serão verificadas as publicações realizadas, conferindo a exatidão das informações, o cumprimento dos prazos e a qualidade da impressão, podendo ser solicitadas correções caso haja erro por parte da contratada.

13.5. O pagamento será efetuado à contratada conforme os valores acordados no contrato, mediante a apresentação da documentação fiscal exigida e a comprovação da veiculação dos anúncios nos termos solicitados.

13.6. Um canal de comunicação oficial será mantido para encaminhamento de demandas e esclarecimento de dúvidas, devendo a contratada se manter disponível para atendimento dentro do horário comercial.

13.7. Compromete-se a receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, verificando minuciosamente, dentro do prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, visando à aceitação. Poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, o serviço executado que esteja em desacordo com o previsto neste Termo de Referência.

13.8. O cumprimento das obrigações da contratada será acompanhado e fiscalizado através de empregado ou comissão especialmente designada.

13.9. Não será responsabilizada por eventuais compromissos assumidos pela contratada com terceiros, relacionados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros em decorrência de atos da contratada ou de seus empregados. A contratada será notificada, por meio de ofício, em caso de inadimplemento total ou parcial do objeto, a fim de adotar as medidas saneadoras necessárias.

#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

16.1. Considerando que para a publicação da pretensa licitação e futura celebração da Ata de Registro de Preços não se faz necessária a disponibilização imediata dos recursos orçamentários, a(s) Fonte(s) de Recursos serão definidas oportunamente, quando da celebração dos contratos oriundos do presente certame.

#### **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. São sanções aplicáveis pela NOVACAP:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

17.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

17.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste Termo.

17.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela Contratada. Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela Contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

17.5. O não pagamento da multa aplicada pela Contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

17.6. As sanções previstas nos incisos I e III do item 17.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

17.7. O prazo da sanção prevista no inciso III do item 17.1 terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

17.8. A sanção prevista no inciso III do item 17.1 implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

17.9. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

17.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no Regulamento de Licitações e Contratos, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.11. A multa será moratória e/ou compensatória, conforme os seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

- III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;
- IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP, recusa 95 parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

## 18. DA COTA RESERVADA

18.1. Quanto à previsão do benefício da cota reservada para o Lote 01, o artigo 26 da Lei Distrital nº 4.611, de 09 de agosto de 2011, que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, dispõe:

"Art. 26. É estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto." (grifo nosso)

18.2. Adicionalmente, Joel de Menezes Niebuhr leciona:

"A questão é a seguinte: o inc. III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 prescreve que se promova licitação, para aquisição de bens de natureza divisível, com cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Fica claro que a cota reservada não é, necessariamente, de 25%. O texto prescreve que é de até 25%. Logo, em princípio, pode ser, por exemplo, 20%, 10%, 1% ou 0,5%. O limite máximo é 25%, o mínimo quem define é a Administração."

18.3. No presente caso, trata-se da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de publicação de Avisos de Licitação e demais comunicados de interesse da NOVACAP, sob demanda, em jornal diário impresso de grande circulação local e nacional.

18.4. Trata-se, portanto, de objeto indivisível, cuja adequada execução exige capacidade técnica, operacional e logística consolidada, a fim de assegurar a ampla divulgação dos atos administrativos e o cumprimento de prazos legais. A divisão do objeto comprometeria a padronização, o controle centralizado da prestação do serviço e a confiabilidade das publicações.

18.5. Dessa forma, a aplicação da cota reservada prevista no artigo 26 da Lei nº 4.611/2011 revela-se incompatível com as especificidades do objeto, razão pela qual sua dispensa encontra respaldo na legislação vigente, sendo justificada pela necessidade de garantir a eficiência, a continuidade e a economicidade na execução contratual.

## 19. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor é a apresentação de Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre ter a empresa executado serviços com características compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

19.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega

## 20. MATRIZ DE RISCO

<b>OBJETO:</b> Registro de Preços para fornecimento de Ferragens e Materiais de Construção Diversos, que tem como objetivo atender as demandas da Companhia na execução de obras direta nas Regiões Administrativas do Governo do Distrito Federal.						
NATUREZA DO RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE	CAUSA	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA MITIGADORA
1. CONTÁBIL	1.1 - Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária	Contratada	Mudança na legislação	Variação no custo para mais ou para menos. Aumento ou diminuição do lucro da contratada	Baixo	Planejamento empresarial, diligência
2. FINANCEIRO	2.1 - Atrasos no pagamento de	Contratante	Indisponibilidade de recursos	Atrasos no prazo inicial	Médio	Aplicação de atualização



	faturas pela contratante		financeiros	estimado. Alterações no fluxo de caixa da contratada		financeira nas faturas pendentes
3. JURÍDICO	3.1 - Caso fortuito ou força maior	Contratada	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior tais como: enxurradas, escorregamentos.	Aumento do custo. Atraso no prazo inicial estimado ou descontinuidade do fornecimento do material	Alto	Revisão dos preços Aditivo Contratual
	3.2 - Impedimento de pagamento de faturas pela contratante devido a falta de certidões com prazo de vigência	Contratada	Impedimentos jurídicos para emissão de certidões por parte dos órgãos competentes. Gestão ineficiente da empresa contratada	Alteração no fluxo de caixa da contratada	Médio	Planejamento empresarial
4. PESSOAL	4.1 - Greves, manifestações de funcionários	Contratada/Administração pública	Demanda por reposições salariais	Atraso no prazo inicial estimado	Baixo	Aditivo contratual de prazo sem ônus para a contratante
5. TÉCNICO/OPERACIONAL	5.1 - Atraso na entrega do objeto contratual por culpa da Contratada	Contratada	Falta de insumos para entrega	Aumento do custo do produto. Atraso no prazo inicial estimado	Alto	Suspensão das atividades em função da falta de material; Aditivos contratuais de prazo, sem ônus para a Contratante; Aplicação das sanções previstas no Contrato e Edital.
	5.2 - Erro na estimativa de Custo	Contratante	Erro na estimativa do preços orçado	Super ou Subfaturamento	Médio	Ampla pesquisa de preços em conformidade com a legislação.

## 21. APROVAÇÃO

De acordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Referência:

**WESLEY TAVARES DOS SANTOS**

DS/DSP

**DAVID GONZAGA PEREIRA DE ALMEIDA,**  
Departamento de Suprimentos e Patrimônio

22. APROVADO POR

**ELIE ISSA EL CHIDIAC**  
Diretor de Suporte



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY TAVARES DOS SANTOS - Matr.0073548-5, Presidente da Comissão**, em 05/06/2025, às 15:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIANO SILVA FILHO - Matr.0075210-X, Membro da Comissão**, em 05/06/2025, às 15:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID GONZAGA PEREIRA DE ALMEIDA - Matr.0073623-6, Chefe do Departamento de Suprimentos e Patrimônio**, em 05/06/2025, às 16:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) de Suporte**, em 06/06/2025, às 16:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **172838870** código CRC= **B74D5F39**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guarã - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Sítio - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)